



5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
CT&I
POR UMA BAHIA MAIS INOVADORA

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA

Abril | 2024



INTRODUÇÃO

Em 2023, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação deu início aos preparativos para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI) através das portarias nº 6.998 e 7.378, em conformidade com o Decreto Presidencial nº 11.596, de 12 de julho de 2023. Tais medidas delinearam as diretrizes e a estrutura organizacional do evento, agendado para ocorrer em Brasília, entre os dias 4 e 6 de junho de 2024. Em síntese, a 5ª CNCTI tem como objetivo primordial a formulação de políticas públicas destinadas a impulsionar o desenvolvimento do país no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI).

Com o propósito de garantir que as políticas públicas mencionadas atendam efetivamente aos anseios dos diversos atores sociais, o governo federal definiu temas centrais distribuídos em quatro eixos temáticos, a saber: EIXO I – Recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; EIXO II - Reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas; EIXO III – Ciência, Tecnologia e Inovação para Programas e Projetos Estratégicos Nacionais; EIXO IV – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Esses eixos orientarão a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2024-2030. Os estados, por sua vez, devem contribuir apresentando suas propostas a partir das escutas e debates promovidos internamente em seus territórios.

No que tange à participação dos estados na elaboração de propostas e no envolvimento nos debates da 5ª CNCTI, é relevante ressaltar que a Bahia conduziu estudos e escutas sociais em fevereiro e março de 2024, durante as 11 Conferências Macroterritoriais, que de forma agrupada integrou todos os 27 Territórios de Identidade da Bahia, realizadas em Eunápolis, Serrinha, Ilhéus, Irecê, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista, Juazeiro, Seabra, Barreiras, Feira de Santana e Lauro de Freitas.

As Conferências Macroterritoriais envolveram cerca de 3000 participantes representando os segmentos que compõem o Ecossistema de CT&I da Bahia, como Instituições Educacionais (ensino superior e básico), Poder Público, Sociedade Civil e Setor Produtivo. Os resultados das discussões realizadas em cada eixo temático estão sistematizados em 100 propostas que serão debatidas durante a 5ª CECTI.

Participarão desta 5ª CECTI, 300 representantes eleitos por seus pares durante as plenárias macroterritoriais, distribuídos nos quatro segmentos que compõem o ecossistema de CT&I da Bahia.

Este esforço coletivo visa não apenas fundamentar a participação do estado da Bahia em âmbito federal, mas também representa uma etapa importante de escuta para atualização da nova política de CT&I da Bahia.

EXPEDIENTE

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação:

André Pinho Joazeiro

Chefe de Gabinete:

Marcus de Almeida Gomes

Coordenação Geral:

Edson Neves Valadares

Coordenadora Adjunta:

Sahada Luedy

Subcomissão de Programa e Metodologia:

Sócrates Gomes Pereira Bittencourt Santana;

Maria Cristina Brito dos Santos;

Fernanda Rodrigues Moraes

Subcomissão de Infraestrutura e Logística:

Ila Baraúna Mendes

Rodrigo de Souza Coutinho

Subcomissão de Comunicação:

Erick Issa

Gabriel Passos Pinheiro

Subcomissão de Articulação e Mobilização:

Salvador Brito de São José

Carla Maria Marinho de Souza Daumerie Santos

Leila Cristiane Colangeli Portela

Subcomissão de Sistematização e Documentação:

Aginaldo Freire

Márcea Andrade Sales

Murilo Serafim da Costa

Handerson Jorge Dourado Leite

Elaboração e sistematização do documento final:

Luciana Nalim

Aginaldo Freire

Antonio Anderson Teixeira Cotrim

Ayala Mariusha Guedes Guimarães Rocha

Diana Sampaio Melo

Fernanda Rodrigues Moraes

Isamara Mendes da Silva

Marcea Andrade Sales

Marcus de Almeida Gomes

Sócrates Gomes Pereira Bittencourt Santana

Rosemere da Silva Nascimento



A leitura prévia deste documento de referência será essencial para o bom andamento do processo metodológico da Conferência Estadual, possibilitando celeridade e objetividade nos debates.



EIXOS E TEMAS PARA A 5ª CECTI

Com o objetivo de garantir o alinhamento pleno e otimizar a elaboração do documento final para a plenária nacional, as discussões e proposições da 5ª CECTI respeitarão os eixos estabelecidos pelas diretrizes da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

EIXO I – RECUPERAÇÃO, EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O primeiro eixo a ser abordado trata sobre o resgate do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) como força motriz para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

O MCTI¹ traz uma definição para o que seria compreendido como o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI):

“O Sistema consiste na interação de todas as instituições, processos e instrumentos necessários para a promoção da inovação por meio do desenvolvimento científico e tecnológico. Resumidamente, o SNCTI conta com atores de três representatividades: as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT), as entidades de gestão pública e as empresas. São ainda considerados constituintes do Sistema as fontes de financiamento e os instrumentos de apoio”.

O desenvolvimento sustentável proveniente da disseminação do conhecimento e dos avanços científicos e tecnológicos depende de que sejam assegurados elementos básicos para o progresso do conhecimento, a troca de experiências e saberes e a integração entre o público e o privado. Há, portanto, todo um ecossistema que necessita estar alinhado à consecução do Eixo I.

Neste sentido, para que seja possível a recuperação, expansão e consolidação do SNCTI, torna-se primordial a compreensão da importância da integração dos ecossistemas de CT&I, bem como do permanente financiamento de pesquisas, desenvolvimento e inovação, para que se possa avançar na tríade base do Sistema.

Um ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) é constituído por atores de diferentes naturezas que compõem a chamada “quádrupla hélice”: empresas, academia, poder público e sociedade civil, os quais interagem de forma simbiótica e desempenham papéis específicos para o giro do ecossistema, como uma hélice de 4 vértices.

O desempenho de um sistema depende não apenas do esforço individual de organizações específicas, mas também de como elas interagem e cooperam entre si. A cooperação dos agentes de CT&I é essencial para a criação do novo conhecimento, à solução de problemas urgentes e à promoção de pesquisas estratégicas que atendam a demandas reais. Se cada agente do ecossistema

¹https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/ciencia/SEPED/Arquivos/PlanosDeAcao/PACTI_Sumario_executivo_Web.pdf

utiliza a capacidade máxima de suas competências de forma articulada, é possível alcançar altos níveis de valor agregado para todos.

Entretanto, para que seja possível a cooperação e o avanço científico, tecnológico e inovador, faz-se premente o financiamento sólido e contínuo de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Neste ponto, o ente governamental assume um papel estratégico na manutenção e na gestão de instrumentos de incentivo e fomento à atividade de pesquisa científica, tecnológica e de promoção da inovação, como ferramentas de desenvolvimento, empoderamento e melhoria das condições de vida de sua população. Tais instrumentos podem e devem incluir a maximização das condições para que os recursos, de fontes próprias ou externas, sejam aplicados no território, estabelecendo a necessidade/responsabilidade com o planejamento, definição de políticas, áreas e temas estratégicos e a necessidade da participação dos diversos setores parceiros na execução.

Mesmo em sistemas maduros (como o norte-americano), com forte histórico de interação Universidade-Empresa, o custeio da P&D nas universidades (públicas e privadas) é majoritariamente governamental. O investimento público, tanto do ponto de vista da adequação do volume como da previsibilidade e das regras de utilização, garantirão planejamento estratégico e eficiência, bem como o atendimento ao interesse da sociedade.

Em consonância com o acima exposto, o MCTI editou a portaria nº 6.998/2023, na qual relaciona os temas a serem abordados nos debates nacionais relativos ao Eixo I, os quais se coadunam com as proposições elaboradas na etapa das Conferências Macroterritoriais que antecederam essa 5ª CECTI, conforme se pode verificar na tabela a seguir:

■ **TEMA I - Recuperação e modernização da infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema I

- Garantir a implementação e expansão da infraestrutura de CTI com a finalidade de promover o desenvolvimento territorial, através de redes de colaboração, fomentando a capacitação profissional em diferentes áreas de atuação, principalmente àquelas relacionadas ao cooperativismo e associativismo.
- Formular uma política de implantação e fortalecimento de espaços de ciência, tecnologia e inovação, considerando o grau de maturidade de inovação e empreendedorismo de cada território de identidade, garantindo acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD) e incluindo atividades de articulação de comunidades e povos tradicionais e troca de saberes.
- Criar, ampliar, qualificar, dar transparência e publicidade para fundos financeiros de estímulo à inovação, sob gestão da SECTI, assegurando o caráter propositivo, normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador do conselho gestor de Ciência, Tecnologia e Inovação - CONCITECI.

- Garantir a estrutura para funcionamento dos órgãos de CT&I do estado, com planos de cargos e carreiras.
- Criar mecanismos de prospecção e viabilização do acesso a oportunidades de financiamento a ações de CTI.
- Promover a cultura maker através da construção e integração de espaços, formação de profissionais da educação e estímulo a metodologias educacionais modernas que incentivem o ambiente de inovação dentro da academia.

■ **TEMA II - Formação e capacitação de recursos humanos qualificados na área de ciência, tecnologia e inovação**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema II

- Fortalecer, ampliar e divulgar um Observatório de CTI para Fortalecimento do Ecosystema de CTI na Bahia, integrando pesquisa e extensão desenvolvida e promovendo a articulação das instituições por intermédio de plataforma aberta que contemple bancos de dados auditáveis para análise de oportunidades, pesquisas e competências relacionadas à CT&I.
- Fomentar a educação científica no ensino básico, promovendo a formação continuada de profissionais da educação, de todas as áreas, e o desenvolvimento da sociedade digital.
- Fomentar e implementar infraestrutura para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico, laboratórios, bibliotecas digitais e outros espaços colaborativos de pesquisa, em instituições de ensino, em todos os níveis e modalidades, visando a formação de pessoas para a Sociedade 5.0.
- Incentivar e Implementar programas de ensino, pesquisa, extensão na formação e capacitação de pessoas, em espaços escolares e não escolares, em todos os níveis e modalidades, nas temáticas relacionadas à CT&I, em parceria com as Instituições de Ensino Superior.
- Propor ações para a educação, com ênfase em CT&I, pública, gratuita e de qualidade, acessível, inclusiva e com tecnologia assistiva em todos os níveis e modalidades, dialogando com as diferentes realidades.
- Fomentar pesquisa e ações objetivando formação e mobilização social para garantia da cultura do brincar tradicional e tecnológico para crianças e adolescentes, incluindo crianças com deficiência e deficiências ocultas, com vistas à preparação socioafetiva, psicomotora, cognitiva e letramento digital do ser humano e proteção à sua privacidade.
- Fomentar pesquisa e ações objetivando a mobilização social para garantir a preparação da população adolescente, prioritariamente em risco de vulnerabilidade social na sociedade 5.0.

- Estimular inserção de conteúdo de CT&I, acessível e inclusivo na estrutura curricular da educação básica, superior e popular e formação inicial e continuada de profissionais da educação com foco na resolução de problemas locais e vocações territoriais.

- Fomentar práticas STEAM (Ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática) na educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como nas atividades de pesquisa e extensão.

- Fomentar a formação de profissionais da educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, com o foco nas demandas territoriais e nas práticas vocacionais relacionadas à sociedade 5.0 e estudos de futuros (foresight).

- Estabelecer e fomentar a gestão integrada da informação técnico-científica para apoio ao desenvolvimento da inovação em conformidade com a legislação vigente.

- Fomentar e desenvolver programas de formação de pessoas baseados em temas estratégicos de CT&I, que são definidos e revisados periodicamente pelo CONCITECI.

- Incentivar a formação em ciência, tecnologia, empreendedorismo, cooperativismo e inovação na educação básica, ensino tecnológico, superior, espaços não escolares.

- Fomentar a criação e ampliação de programas de iniciação científica e tecnológica para educação básica, articulado com instituições de ensino superior.

- Estabelecer políticas para atualização e manutenção da infraestrutura laboratorial de pesquisa nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), visando garantir o funcionamento pleno e acesso dos multiusuários;

- Fomentar tecnologias de segurança para proteger o ambiente escolar.

- Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) em Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Inclusão.

- Fomentar pesquisas e ações para garantir a preparação socioafetiva, psicomotora e cognitiva do público da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- Promover a formação, capacitação e inserção de mulheres em CT&I.

- Promover a comunicação social para difundir conhecimento através de meios tradicionais e digitais, garantindo acesso amplo à informação e educação.

■ **TEMA III - Atração e fixação de recursos humanos qualificados no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a fim de reverter a perda de talentos nacionais**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema III

- Promover políticas afirmativas na estratégia para formação de quadros nas áreas de ciência e tecnologia.
- Criar programas de incentivo para inserção, integração e intercâmbio de pesquisadores nas empresas privadas e organizações não governamentais da Bahia com vagas exclusivas para Pessoas com Deficiência (PCD).
- Promover a atração de empresas para desenvolvimento de ciência, tecnologias e inovação no ambiente das ICTs, considerando as características socioeconômicas dos territórios de identidade.
- Criar fórum territorial para fomento às políticas de educação básica e superior, voltados para ciência, tecnologia e inovação, para inclusão de alunos de altas habilidades, destacando a ampliação do quantitativo e vagas para cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, nas áreas de tecnologia de informação e aplicações.
- Promover políticas de retenção de talentos na área de CT&I através de editais de pesquisa aplicada.
- Promover ações de incentivo à composição de quadro permanente de pessoal dos Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT), garantindo a fixação de recursos humanos qualificados.

TEMA IV - Integração das ações dos atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação nos seus variados níveis e esferas de atuação

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema IV

- Construir uma agenda permanente pactuada entre os diferentes atores dos ecossistemas estadual, territoriais e locais, tais como governos, entidades de classes empresariais, universidades, Institutos Federais de Educação, agências de fomento, sociedade civil e ONG`s, incluindo instrumentos capazes de mapear e potencializar a integração destes, além de ações colaborativas e cooperativas, tais como fóruns, comitês e conferências itinerantes.
- Estimular a criação de conselhos territoriais de CT&I, fomentando a participação das instituições pública e privada com ênfase na elaboração de projetos e planos de ação integrados.
- Desenvolver ações que fomentem espaços multiusuários, visando a integração das instituições de CT&I englobando as comunidades de seu entorno, contemplando a participação efetiva de pessoas com deficiência.
- Promover e alinhar as ações dos NITs, conforme o Marco Legal de CT&I, por meio de editais que contemplem o desenvolvimento de projetos multidisciplinares, de acordo com as demandas territoriais.

- Fomentar, via editais, a criação e manutenção de portais e plataformas de acesso livre, baseadas em design universal de dados sobre CT&I, visando a difusão e aprovação do uso de software livre, em linguagem acessível e com acessibilidade, à produção científica, tecnológica e inovação do estado da Bahia e Brasil.
- Criar observatórios do desenvolvimento científico, técnico, tecnológico, inovação e divulgação científica, disponível em libras e áudio descritivos, vinculado às instituições de ensino e pesquisa e extensão e organizações não governamentais e associativas referendadas MROSC e órgãos de governo, que visem o desenvolvimento territorial.
- Criação e implementação das Agências Territoriais de CT&I nos 27 Territórios de Identidade da Bahia, visando fortalecer a política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado e fomentar a formação inicial e continuada de seus conselheiros.
- Promover a interação, fruição, difusão e regulamentação das mais diversas políticas públicas que atuam no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, com ênfase na educação, saúde, segurança, agricultura familiar, meio ambiente e cultura, com foco nos avanços das novas tecnologias sustentáveis, assim como a interação de sistemas informatizados de gestão de processos para os atores dos ecossistemas estadual, territoriais e locais.
- Propor a criação e implantação do Sistema Estadual que integre os ecossistemas locais e territoriais de CT&I.
- Ampliar a representação no conselho de governança estadual de inovação, incluindo entidades representativas de empresas de base tecnológica, e promover a governança do ecossistema por meio do investimento em projetos e entidades.

■ **TEMA V - Redução das assimetrias regionais no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema V

- Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em tecnologias sociais e digitais, com foco em soluções para erradicação da pobreza e as desigualdades nos territórios de identidade da Bahia.
- Promover o acesso à informação e conhecimento técnico-científico e informacional para apoio ao desenvolvimento da inovação a todos os territórios de identidade da Bahia e do Brasil, em linguagem acessível e com acessibilidade.
- Destinar um percentual mínimo de 50% dos recursos globais da SECTI e FAPESB para projetos executados com a participação de ICTs localizadas fora da RMS, respeitando o princípio de equidade da política territorial, previsto na Lei nº13.214.
- Retomar o programa de fortalecimento do sistema local de Inovação (FSLI),

desenvolvido pela FAPESB, de modo a estruturar e fortalecer os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT).

■ **TEMA VI - Avanço da pesquisa científica básica e das suas aplicações, visando a expandir as fronteiras do conhecimento**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema VI

- Estabelecer e fomentar mecanismos de acesso a dados abertos, compartilhando informações de CT&I, de forma integrada e colaborativa, em âmbito estadual e territorial, como atores, ações, pesquisas, demandas, ofertas tecnológicas e boas práticas, com atualização continuada e conexão com outras bases existentes, com apoio dos NIT's, para garantir a proteção da propriedade intelectual.
- Fomentar PD&I em geodiversidade, geoconservação, geoturismo, geoparques, planejamento urbano, gestão de resíduos sólidos, lixo tecnológico e resíduos provenientes de energia eólica e solares, nos 27 territórios de Identidade da Bahia.
- Promover ações de mapeamento das infraestruturas e competências voltadas à pesquisa científica e empreendedorismo tecnológico nas ICTs, instituições de ensino superior privadas e da educação básica, com ou sem fins lucrativos, para fins de fortalecimento das estruturas existentes, bem como, criação de novos polos tecnológicos e de inovação, priorizando os territórios mais vulneráveis.
- Criar, disponibilizar e divulgar, de forma ampla, segura e gratuita, um sistema online integrado em rede, para coletar, sistematizar e difundir dados das iniciativas desenvolvidas em todo ecossistema de CT&I, nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional.
- Fomentar a PD&I para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis, novos materiais, computação avançada e inteligência artificial.

■ **TEMA VII – Desenvolvimento de tecnologias disruptivas e portadoras de futuro em distintas áreas, com destaque para as áreas de biotecnologia, nanotecnologia e inteligência artificial**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema VII

- Fomentar PD&I em inteligência artificial, biotecnologia e nanotecnologia para desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida, estabelecendo parcerias público-privadas, incentivando projetos interdisciplinares, incluindo conservação da biodiversidade.
- Implementar programas educacionais desde o nível técnico até a pós-graduação em jogos digitais, robótica e tecnologias emergentes.
- Apoiar a criação e incorporação de soluções das diversas tecnologias que agreguem conhecimento histórico e cultural no âmbito das comunidades.

- Promover o desenvolvimento de tecnologias de mineração sustentáveis, por meio da inovação, com ênfase nos princípios da utilização racional da água, do solo e das fontes renováveis de energia para a produção mineral, com redução e reaproveitamento de resíduos.
- Implantar a rede colaborativa de CT&I com base no uso de software livre das plataformas digitais.
- Promover a automatização da gestão pública, incluindo a utilização da inteligência artificial.

■ **TEMA VIII - Aproveitamento do potencial da biodiversidade nacional para o desenvolvimento sustentável do País**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema VIII

- Fomentar PD&I em Bioeconomia e Sustentabilidade Ambiental: (I) Ensino/Educação em PD&I; (II) Conservação e sustentabilidade; (III) Desenvolvimento socioeconômico apoiado no desenvolvimento tecnológico, tendo como base a biodiversidade e conhecimento tradicional e produção territorial; (IV) Adaptação e mitigação aos efeitos das mudanças climáticas; (V) Tecnologias Sociais; (VI) Mitigação dos efeitos colaterais provocados pelas fontes de energias renováveis e mineração.
- Fomentar PD&I, de forma sustentável, em segurança hídrica: Oferta, conservação, reuso, qualidade, tratamento e produção de água.
- Criar uma política de desenvolvimento energético territorial visando o incentivo ao uso de energias renováveis em equipamentos públicos preferencialmente voltados à CT&I, incluindo incentivo à metareciclagem e à implantação de redes livres.
- Promover o desenvolvimento sustentável por meio da inovação, com ênfase nos princípios da economia circular, criativa e solidária, tais como redução e reaproveitamento de resíduos, implantação de usinas de reciclagem e fomento à criação de empresas de logística reversa, em conformidade com a lei nº 12.305/2010.
- Criar um programa estadual para identificação, compartilhamento de experiências, disseminação, certificação e premiação de boas práticas de tecnologias sociais e práticas sustentáveis com base nas ODS, a partir de experiências territoriais.
- Implementar programas de apoio para iniciativas à gestão de resíduos sólidos e orgânicos, educação ambiental em comunidades indígenas, quilombolas, povos tradicionais, fomentando a economia circular, preservação da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e logística reversa, implementando formações de multiplicadores da sustentabilidade dentro das comunidades e utilizando tecnologias sociais para promover a equidade social.

■ TEMA IX - Consolidação, implementação e aperfeiçoamento de arcabouço legal adequado à natureza das atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema IX

- Promover o arcabouço legal para estimular parcerias entre as ICTs e o setor produtivo, promovendo a inovação, registro de propriedade intelectual (PI) e a transferência de tecnologia, estimulando a integração do Ecosistema (ICTs, iniciativa pública, privada e sociedade civil, agências de fomento e financiamento), de forma descentralizada e autônoma, fortalecendo políticas de interiorização através dos territórios de identidade, criando instrumentos de incentivos acadêmicos e empresariais.
- Incentivar o destino de recursos específicos para a pesquisa científica, aplicada e extensão tecnológica, extensão e inovação em temas estratégicos para atender as demandas dos territórios junto às Universidades Públicas Estaduais, Escolas Públicas de Educação Básica, Educação Profissional e as escolas famílias agrícolas e indígenas.
- Implementar políticas de incentivo fiscal, que visem o desenvolvimento e fortalecimento dos ecossistemas de CT&I de forma equânime em todos os territórios de identidade, priorizando o interior do Estado.
- Permitir e priorizar a aquisição pelo Estado da Bahia de produtos e serviços tecnológicos, científicos e inovadores desenvolvidos na Bahia
- Garantir, nas ações do Estado da Bahia, a previsibilidade e a estabilidade do fomento e financiamentos e ações para a interiorização da CT&I, respeitando a diversidade e características regionais e culturais de populações LGBTQIAPN+, indígenas, quilombolas, privados de liberdade e cumprindo medidas socioeducativas (MSE), em particular a concessão financeira mínima prevista na legislação.
- Desenvolver políticas públicas e programas alinhados à política estadual de desenvolvimento territorial continuada, estimulando o desenvolvimento ambiental, social e governança (ESG) com uso de tecnologias sociais.
- Incentivar a difusão do marco legal e seus respectivos instrumentos para fortalecimento da divulgação e popularização do conhecimento científico-tecnológico, empreendedorismo e inovação nos municípios.
- Incentivar o apoio e financiamento à aquisição de recursos técnicos e tecnológicos aos servidores públicos.
- Estimular a implementação de centros de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação em todos os campi das universidades estaduais e recriar o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) nos 27 Territórios de Identidade do Estado, que auxiliarão as câmaras territoriais e conselhos municipais de CT&I.

- Criar arcabouço legal para manutenibilidade de empregos e dados na indústria 4.0.
- Incentivar a criação de instrumentos que promovam a adequada coleta e o uso sensato de dados dos cidadãos, zelando, na era do capitalismo de vigilância, pela liberdade e democracia.

EIXO II - REINDUSTRIALIZAÇÃO EM NOVAS BASES E APOIO À INOVAÇÃO NAS EMPRESAS

O tema abordado no Eixo temático II traz à luz a necessidade de reindustrialização do país, que deverá ocorrer sobre novas bases tecnológicas e sustentáveis, capazes de melhorar a produtividade e a competitividade do país². As novas bases para reindustrialização deverão estar voltadas para a obtenção de resultados, para a sustentabilidade, a inovação e a competitividade.

Para o MCTI, o objetivo da reindustrialização deve ser apoiar o desenvolvimento tecnológico e inovador, voltado às indústrias nacionais e à agregação de valor à produção nacional. As proposições elaboradas na etapa macroterritorial da 5ª CECTI estão alinhadas ao Eixo II ao tratar sobre a inovação tecnológica como mola propulsora da competitividade industrial sustentável. Esse aborda a necessidade do estabelecimento de meios e ferramentas pelo poder público, capazes de impulsionar os diálogos entre a comunidade científica e as empresas.

Em consonância com o acima exposto, o MCTI editou a portaria nº 6.998/2023, na qual relaciona os temas a serem abordados nos debates nacionais relativos ao Eixo II, os quais se coadunam com as proposições elaboradas na etapa das Conferências Macroterritoriais que antecederam essa 5ª CECTI, conforme se pode verificar na tabela a seguir:

TEMA I - Ampliação do número de empresas inovadoras no País

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema I

- Fomentar PD&I em inteligência artificial, biotecnologia e nanotecnologia para desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida, estabelecendo parcerias público-privadas, incentivando projetos interdisciplinares, incluindo conservação da biodiversidade.
- Incentivar o desenvolvimento de inovações tecnológicas e programas de formação (em tecnologias habilitadoras) para agregação de valor a produtos, processos e serviços locais, destacando o estado da Bahia nos cenários nacional e internacional.
- Incentivar a criação de programa estadual de apoio a startups, empresas inovadoras, produtores rurais, agricultores familiares, associações e cooperativas.

² <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/mcti-vai-investir-r-200-milhoes-para-promover-a-transformacao-digital-das-micro-e-pequenas-empresas>

- Construir mecanismos que premiem as empresas, produtores rurais, agricultores familiares, cooperativas, associações, ICTs e ambientes promotores de inovação pela criação ou atração de empresas de bases tecnológicas socioambientalmente sustentáveis para os territórios baianos.
- Fortalecimento de ambientes dinamizadores de inovação em áreas estratégicas da Bahia, visando interiorizar e regionalizar os impactos positivos da inovação em diversos municípios do estado.
- Estabelecer programas abrangentes de Transformação Digital direcionados para empresas de diferentes portes.
- Estimular a criação de um Programa de Transformação Digital para todos os municípios.
- Incentivar a criação de um Programa para estímulo à inovação na Economia Criativa.
- Envidar esforços no sentido de articular nacionalmente as instituições pertinentes ao assunto dos setores públicos e privados em um movimento para propor ao Governo Federal a Criação de uma Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação voltada ao Comércio, Serviço e Turismo.
- Incentivar mecanismos de fomento à inovação a partir da inserção de profissionais de tecnologia e engenharia em micro, pequenas e médias indústrias.
- Criar um Programa para capacitação tecnológica voltado para as Economias Criativa, Solidária e Circular.
- Estimular a criação de mecanismos para desburocratizar, aperfeiçoar e publicar processos de abertura de empresas inovadoras.
- Promover e criar um ambiente propício para a multiplicação de empresas inovadoras com foco no comércio e serviço, estabelecendo programas de estímulo à economia criativa e consolidando o papel da Bahia e do Brasil como um player inovador.

■ **TEMA II - Aumento nos investimentos empresariais em inovação**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema II

- Criar mecanismos que estimulem a iniciativa privada a investir em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive em parcerias com produtores rurais, agricultores familiares, associações, cooperativas, entidades públicas, ICTs, Instituições de Ensino Superior (IES), Educação Profissional e Tecnológica (EPTs), MPEs e Startups locais.
- Estimular a criação de políticas de facilitação de acesso ao crédito e com taxas de juros diferenciadas para empresas, cooperativas e associações, com o objetivo de auxiliar na aquisição de tecnologias de segurança cibernética em projetos com boas práticas e padrões nacionais e internacionais de segurança da informação.

- Incentivar e premiar empresas, cooperativas e associações que possuam programas de capacitação e conscientização disponibilizados para os seus funcionários visando fortalecer a cultura de segurança digital.

- Incentivar e financiar a inovação empresarial com ênfase em tecnologias sustentáveis e digitalização, visando a valorização de práticas de negócios ecoeficientes e o fortalecimento do tecido empresarial através da inovação contínua.

TEMA III - Estruturação e expansão de complexos industriais-tecnológicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como as áreas da saúde, energia, defesa e segurança e de tecnologias da informação e comunicação - TICs

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema III

- Fomentar PD&I em infraestrutura energética e logística e de conectividade para ampliar a acessibilidade e otimizar o transporte de pessoas e mercadorias, serviços e informação em economia digital e circular e segurança digital.

- Criar um plano de investimento em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de médio e longo prazo, articulado entre os governos federal, estadual e municipal, juntamente com Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs).

- Criar um plano de investimento de PD&I do setor Energético, abrangendo desde a instalação de novos projetos até o suporte a tecnologias emergentes, visando atender a demanda energética do estado e promover seu desenvolvimento econômico de forma sustentável, com duas principais frentes estratégicas: I- geração distribuída de energia limpa, especialmente nos setores de comércio, serviços e turismo, com medidas para mitigar os impactos ambientais; II- estabelecimento de um hub de energia renovável na Bahia, destacando-se eólica, solar, biomassa, biocombustíveis e hidrogênio verde.

- Estimular a criação de um plano de desenvolvimento para transformação digital da área da saúde, com foco na interiorização de novas tecnologias.

- Fomentar a criação, aquisição e implantação do uso de soluções biotecnológicas para aplicações nas áreas da saúde, energia, defesa e segurança de tecnologias da informação e comunicação - TICs.

- Incentivar, através de ações de CT&I, o desenvolvimento do complexo econômico e industrial em áreas prioritárias, como saúde, energia, e segurança e TICs.

- Investir na modernização e expansão da infraestrutura de laboratórios e centros de pesquisa nas áreas consideradas prioritárias/estratégicas pelo estado.

- Estimular a estruturação e expansão de complexos industriais e tecnológicos, enfatizando o desenvolvimento em setores estratégicos e apoiar o avanço tecnológico na agricultura familiar, integrando-os ao progresso sustentável e inclusivo.

■ **TEMA IV - Colaboração entre instituições de ciência, tecnologia e inovação e empresas em projetos inovadores, incluindo apoio por meio de parques tecnológicos**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema IV

- Fomentar PD&I em Tecnologias Habilitadoras, priorizando alternativas para micro, pequenas e médias empresas, mediante a integração entre EPTs, IES, e ICTs baianas, públicas e privadas, setores privados e sociedade civil, organizações não governamentais e inventores independentes, laboratórios, observatórios em espaços públicos e empresariais, com especial atenção para os grupos produtivos da agricultura familiar, também buscando estimular a criação de redes.
- Promover a inclusão e transferência de tecnologia entre academia e setor produtivo, OSCs e Organizações e movimentos sociais.
- Estruturar e promover o desenvolvimento de um sistema de ambientes de inovação, alinhados à vocação de cada região, com ênfase na integração público e privado.
- Fomentar parcerias com o estabelecimento de redes multi-institucionais, envolvendo órgãos públicos, privados, setor produtivo e sociedade civil organizada, visando o desenvolvimento social com ênfase na formação de pessoas para a Sociedade 5.0.
- Fomentar mecanismos para facilitar o compartilhamento de informações, a discussão de tendências tecnológicas e a identificação de oportunidades entre pesquisadores, empresas e instituições de ciência, tecnologia e inovação (ICTs).
- Promover eventos e desafios em colaboração com instituições de ciência, tecnologia e inovação (ICTs) para criar soluções direcionadas para problemas sociais e empresariais.
- Apoiar as pesquisas e projetos desenvolvidos por jovens de baixa renda, principalmente meninas, desde a ideação até a obtenção de apoio, criando conexões estratégicas para fornecer recursos financeiros e técnicos, capacitação, mentoria e networking.
- Estabelecer e reforçar parcerias estratégicas entre instituições acadêmicas e empresas, promovendo uma cultura de inovação colaborativa e apoio por meio de parques tecnológicos para acelerar a transferência tecnológica e a inovação aplicada.

■ **TEMA V - Criação e consolidação de empresas inovadoras de base tecnológica, incluindo apoio por meio de incubadoras**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema V

- Apoiar a implementação de programas de estímulo e suporte ao empreendedorismo, tanto social quanto tecnológico para fortalecer os espaços de inovação já existentes, difundindo serviços tecnológicos e as melhores práticas

relacionadas à proteção intelectual e à transferência de tecnologia.

- Incentivar a criação de mecanismos de incentivos as incubadoras, aceleradoras e ambientes de inovação na realização de eventos regionais para conexão das startups, empresas parceiras e investidores.
- Criar ou reforçar ambientes dinamizadores de inovação em regiões estratégicas do estado, para que, dessa forma, possa interiorizar e regionalizar as práticas e benefícios que a inovação pode propiciar em diversos municípios baianos.
- Apoiar a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras de base tecnológica, utilizando incubadoras para fomentar o crescimento sustentável e garantir a inserção competitiva no mercado global.

■ **TEMA VI - Expansão das atividades de pesquisa e desenvolvimento em empresas nacionais**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema VI

- Fomentar e incentivar mecanismos de financiamento, cooperação dos atores públicos e privados do ecossistema de CT&I, priorizando projetos e ativos compartilhados.
- Estimular a criação e/ou fortalecimento de Parques Tecnológicos no interior do estado da Bahia, com foco na Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
- Viabilizar o investimento em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico para micro, pequena e médias empresas.
- Ampliar as atividades de pesquisa e desenvolvimento em empresas nacionais, construindo planos de investimento em TICs e energia limpa, visando aumentar a competitividade e incentivar a inovação disruptiva.

■ **TEMA VII - Integração entre os variados instrumentos e mecanismos de fomento à inovação, incluindo encomendas tecnológicas e leis de incentivo e estabelecimento de contrapartidas empresariais efetivas para o apoio público**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema VII

- Atrair e estimular a criação de fontes privadas de financiamento à CT&I, por meio de leis de incentivo e programas de apoio público, em eixos estratégicos para o desenvolvimento da Bahia.
- Estimular a simplificação do processo de contratação e disponibilização dos recursos públicos do Governo do Estado da Bahia, captados pelas empresas inovadoras.
- Estabelecer critérios de seleção para contratação por parte do poder público estadual que priorizem as empresas inovadoras locais.

- Integrar mecanismos de fomento à inovação, incluindo encomendas tecnológicas e leis de incentivo, para estabelecer contrapartidas empresariais que assegurem o apoio público e promovam um crescimento inovador alinhado às demandas sociais e econômicas da Bahia.
- Promover eventos e desafios inovadores, apoiar programas de empreendedorismo tecnológico e social, com foco em escalabilidade e inovação aberta, e difundir práticas de proteção intelectual para fortalecer o ecossistema empresarial baiano.
- Estimular o desenvolvimento das inovações para o melhoramento dos selos de inspeção nos pequenos grupos produtivos e cooperativas localizadas nas zonas rurais.
- Promover editais para viabilizar bolsas de extensão tecnológica para estudantes de nível técnico e ensino superior, objetivando a implementação de projetos de inovação e ganhos de produtividade nas empresas.
- Estimular a promoção de incentivo fiscal para empresas privadas, fomentando projetos de tecnologia e inovação, voltados para pessoas com deficiência, com o objetivo de promover acessibilidade.

EIXO III — CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

O terceiro eixo estruturante previsto na Portaria MCTI nº 6.998/2023 apresenta a necessidade da existência de programas estratégicos para o país, tendo em vista a manutenção da soberania nacional. A urgência da temática foi exposta de modo trágico durante a condição pandêmica ocasionada pela COVID-19, na qual diversos países, com destaque para o Brasil, descobriram-se despreparados para o atendimento de demandas industriais básicas e estratégicas para a sua população, restando a dependência de indústrias internacionais para o seu abastecimento.

Os debates promovidos na 5ª CECTI pretendem abordar a necessidade de infraestrutura robusta para a CT&I atrelada aos temas estratégicos para o estado da Bahia e, consequentemente, para o país. Há, inicialmente, a necessidade de uma distribuição equânime de investimentos em infraestrutura de CT&I para as regiões do país e entre os territórios baianos, visto que não se pode compreender a elaboração de projetos estratégicos que beneficiem o país, quando há regiões que não dispõem de infraestrutura suficiente para atender aos anseios para programas e projetos de CT&I.

O desenvolvimento em CT&I é campo estratégico para o auxílio à geração de riquezas, emprego, renda e oportunidades, diversificação produtiva, aumento na produtividade no trabalho e do valor agregado da produção de bens e de serviços, sendo, portanto, fundamental para sustentar o desenvolvimento no longo prazo.

Definir como estratégicos alguns temas para as pesquisas científicas e tecnológicas é essencial para direcionar os investimentos com assertividade, buscando-se

potencializar os resultados dos esforços a serem empreendidos. Os temas estratégicos a serem priorizados devem estar em consonância com as oportunidades e desafios que surgem em meio às variadas mudanças que vêm se processando no âmbito estadual, nacional e internacional, amplamente analisados e discutidos nas propostas da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016|2022 e do Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI Bahia 2035. Assim, alinhando-se o Eixo III às temáticas da 5ª CECTI, temos as seguintes proposições:

■ **TEMA I - Ampliação da autonomia e das capacidades tecnológicas nacionais no desenvolvimento do programa espacial brasileiro**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema I

- Fortalecer e ampliar as oportunidades de formação e pesquisa e desenvolvimento relacionados à área espacial, podendo haver ampliação de recursos para P&D e fortalecimento de linhas de pesquisas já existentes, a fim de manter os profissionais no Brasil.
- Apoiar P&D para satélites, visando diminuir a dependência externa e melhorar a coleta e processamento de dados para o sistema de comunicação e fiscalização ambiental e segurança nacional.
- Implantar programas de formação continuada sobre temas aéreo espacial e inteligência artificial, qualificando professores, estudantes, parceiros e comunidades em geral, através de atividades extracurriculares, a partir do ensino básico, potencializando o capital humano, juntamente com o fomento do parque tecnológico.

■ **TEMA II - Ampliação da autonomia e das capacidades tecnológicas nacionais no desenvolvimento do programa nuclear brasileiro**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema II

- Assegurar, de forma efetiva e responsável, o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa nuclear, levando em consideração a segurança ambiental do território nacional.
- Fomentar e fortalecer a pesquisa e formação em engenharia nuclear na Bahia para desenvolver competências e aplicações que atendam às necessidades dos territórios.

■ **TEMA III - Ampliação da autonomia e das capacidades tecnológicas nacionais na defesa nacional**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema III

- Fomentar PD&I em Segurança Pública e Direitos Humanos, alinhado às tecnologias da informação e comunicação, contemplando pautas como diversidade de gênero e étnico-raciais, inclusão, turismo e cultura local, considerando as contribuições dos operadores do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), de forma integrada com os Sistemas de Segurança Federal, Estadual e Municipal.

■ **TEMA IV - Redução de vulnerabilidades em cadeias produtivas estratégicas, como nas áreas da saúde, energia, alimentos, minerais e sistemas de informação e comunicação**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema IV

- Fomentar PD&I em Tecnologias em agravos e eventos na saúde, promovendo o acesso às tecnologias assistivas, implementando estruturas de formação e capacitação profissional.
- Fomentar PD&I, formação, capacitação e extensão rural como assistência técnica, com foco em tecnologias para agroindústria, alimentos biofortificados, segurança e autonomia alimentar e nutricional, hídrica, energética, incluindo associações, cooperativas, agricultura familiar, economia popular e solidária, turismo e cultura.
- Fomentar PD&I em fontes de energias sustentáveis, com foco na geração distribuída, no monitoramento e na avaliação dos impactos ambientais, sobretudo em comunidades ribeirinhas, quilombolas, povos de terreiros, povos originários e territórios tradicionais, permitindo que esses modelos se tornem uma política pública.
- Assegurar a implementação dos espaços de memória com espaços de fortalecimento territorial e identitária com garantia de acessibilidade tecnológica na promoção do intercâmbio e curadoria das iniciativas entre as instituições de ensino com estudantes da educação básica e integral.
- Fomentar PD&I em bioeconomia e recursos genéticos, valorizando o conhecimento tradicional associado à sociedade 5.0.
- Estimular a inclusão de conteúdos mínimos em Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo Inovador nas matrizes curriculares do Ensino Médio (incluindo profissionalizantes), dos cursos de Graduação, dos Programas de Pós-graduação, como parte das estratégias de fortalecer a nossa capacidade de transformar o conhecimento gerado em inovação no país.
- Incentivar e Fomentar PD&I na exploração e no uso de recursos minerais, promover avaliação dos impactos da extração e rejeitos.
- Implementar centrais de referências de pesquisa em áreas estratégicas, priorizando a interiorização, a integração com o ecossistema de inovação territorial e características regionais.
- Fomentar o desenvolvimento tecnológico e nacional e insumos estratégicos para a saúde pública (vacinas, medicamentos, EPIs) a fim de atender as demandas nacionais e situações emergenciais de saúde.

EIXO IV – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Desenvolvimento Social é a linha condutora dos investimentos implementados em CT&I, pois todo o conhecimento, produto e processo gerados impactam diretamente no desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade, ainda que de maneira transversal. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), dentre as diversas áreas onde ocorre CT&I, algumas dispõem de maior probabilidade de impactar na redução das desigualdades e na promoção do bem-estar social.

As desigualdades perpassam pela formação de recursos humanos que, quando não realizados de modo equânime em um elevado padrão de qualidade, balizados em princípios sólidos e sintonizados com os desafios contemporâneos e com o potencial das aptidões e vocações culturais e regionais, não permitem a absorção e a participação nos benefícios advindos do desenvolvimento social coletivo. Neste sentido, as transformações mundiais atuais nas áreas de CT&I exigem uma formação de pessoas voltada para a sociedade 5.0.

A ideia de Sociedade 5.0 ou Sociedade Superinteligente vai além da busca por maior produtividade e eficiência dos processos, com o auxílio de redes de internet, sensores e microchips, ela engloba, além da integração tecnológica, os aspectos culturais e de formação.

Alinhada à necessidade do Estado caminhar para a capacitação da Sociedade 5.0, está a urgência da promoção de tecnologias sociais, que visam socializar os meios e instrumentos de produção, adotando práticas cooperativistas, solidárias e distributivas das riquezas geradas, redistribuídas de acordo com a vontade dos seus atores, e, portanto, empoderando e incluindo milhares de trabalhadores subempregados ou desempregados no mercado de trabalho.

Ademais, nenhum avanço significativo poderá ser absorvido pela sociedade e, portanto, incorporado ao desenvolvimento social, se não houver a difusão do conhecimento e a popularização da ciência. A Popularização da Ciência se respalda na promoção da melhoria da educação científica desde a educação básica; expansão da ciência nos espaços de educação não-formal; na capacitação de profissionais, sobretudo professores, em áreas científicas e tecnológicas; incentivo a eventos diversos de divulgação científica, direcionado a várias faixas etárias, envolvendo instituições parceiras, públicas e privadas; e de divulgação de CT&I.

A temática aqui versada coaduna-se com aquelas debatidas durante a etapa das conferências macroterritoriais, referente à formação de pessoas, à importância das tecnologias sociais e à difusão do conhecimento científico, sob as quais deverão ser embasados os debates em âmbito nacional. Assim, alinhando-se o Eixo IV às temáticas da 5ª CECTI, temos as seguintes proposições:

■ TEMA I - Defesa e difusão da ciência, a fim de superar preconceitos que neguem os seus métodos e valores

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema I

- Promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo da CT&I através de uma abordagem abrangente que fortaleça a pesquisa e a difusão do conhecimento, com alocação de recursos e implementação de políticas públicas para a educação básica, tecnológica e superior, enfatizando a participação ativa dos territórios de identidade e incentivando o empreendedorismo, educação financeira e a integração dos temas de inovação e tecnologia nos currículos educacionais, reconhecendo e valorizando o saber popular para promover a inclusão social produtiva, com ações de divulgação científica em diversas mídias, garantindo acessibilidade e as diferentes expressões de representatividade linguística e cultural dos territórios de identidade.
- Estimular e apoiar a realização de eventos de popularização da ciência, da tecnologia e da inovação nos municípios e territórios do estado da Bahia.
- Fomentar a produção científica na educação básica, técnica, tecnológica, profissional e superior, bem como nas comunidades tradicionais e entre os povos originários, visando à interação entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e à difusão e popularização da ciência, através de parcerias público-privadas, consórcios e financiamento público, incluindo espaços de educação popular de base comunitária, estimulando o uso de softwares livres e tecnologias sociais.
- Fomentar a produção científica e tecnológica proveniente de organizações populares, inventores independentes, ONGs, empresas juniores e outras organizações da sociedade civil.
- Propor editais de CT&I com recursos específicos para a comunicação, divulgação e popularização da ciência, orientados para a produção de conteúdos acessíveis e inclusivos, priorizando o financiamento de pesquisas de organizações populares, inventores independentes, outras OSCs, comunidades tradicionais e povos originários, estimulando, preferencialmente, a adoção de softwares livres e tecnologias sociais, garantindo a diversidade linguística, incluindo línguas indígenas, de sinais, afro-brasileiras, de imigração e outras presentes no Estado da Bahia.
- Estimular ações de divulgação científica e educomunicativas em diversas mídias, redes comunitárias e rádios escolares, utilizando tecnologias digitais ou analógicas e licenças livres.
- Promover a criação de conteúdos acessíveis e inclusivos, abrangendo línguas portuguesa, indígenas, de sinais, afro-brasileiras, de imigração e outras presentes no Estado da Bahia, bem como a adoção de tecnologias assistivas para ampliar o alcance e a acessibilidade das informações científicas.
- Estimular a criação e o desenvolvimento de iniciativas de TVs universitárias, rádios comunitárias, emissoras públicas de rádio e TV, laboratórios audiovisuais e digitais para a divulgação e popularização da ciência.

- Fomentar e estimular ações extensionistas sobre ciência, tecnologia e inovação em todos os territórios para as novas ruralidades, por meio de metodologias de popularização da ciência.
- Fomentar o desenvolvimento de competências por meio de programas vocacionais direcionados à pesquisa, de forma a integrar os/as jovens em atividades de liderança no cenário agrícola.
- Estimular e assegurar recursos para o apoio docente, em todos os níveis e modalidade de ensino, em instituições públicas, mediante a implementação de editais e regulamentações visando a criação e o desenvolvimento de CT&I.
- Fomentar uma cultura de plurilinguismo e valorização das línguas na difusão do conhecimento e popularização da ciência.

■ **TEMA II - Ampliação do apoio da ciência para formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI – Tema II

- Fomentar a proteção da propriedade intelectual em todos os territórios, incluindo povos originários e comunidades tradicionais, através de reestruturação e implantação de núcleo de inovação tecnológica, formação continuada específica.
- Estimular, fortalecer e fomentar a rede de Educomunicação, em parceria com as instituições de educação superior e órgãos de governo, para a formação de agentes multiplicadores em cada território de identidade, jovens das zonas rurais, comunidade tradicionais e identitárias.
- Criar, apoiar e financiar programa de difusão científica e tecnológica junto aos territórios de identidade, como estratégia de fortalecimento da territorialização e da popularização das ações e políticas de CT&I, garantindo a participação social em parceria com os 27 colegiados territoriais de desenvolvimento sustentável da Bahia.
- Fomentar o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de monitoramento e avaliação de políticas públicas, viabilizando a efetivação e o fortalecimento do controle social.
- Ampliar ofertas de editais de CT&I que contemplem cidades com IDH pequenos nos territórios.
- Fomentar pesquisas e divulgação relacionadas aos impactos dos agrotóxicos à saúde da população.
- Promover e fomentar projetos de extensão voltados à formação digital nas comunidades com atuação especial às pessoas da terceira idade.
- Promover maior integração entre os diagnósticos capturados pela SEI com as instituições científicas, universidades e ambientes de educação para melhor estabelecimento de políticas públicas.

■ **TEMA III - Difusão massiva da conectividade e capacitação digital para a população brasileira**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema III

- Instituir uma política de expansão de Banda Larga e redes comunitárias digitais, priorizando a zona rural, com ações de formalização, padronização e homologação da infraestrutura de conectividade digital, incluindo o diagnóstico e a interiorização de serviços, fomento a pontos de concentração de banda larga, uso de modais públicos para fibra óptica, políticas de financiamento e incentivo fiscal para provedores locais e regionais de internet, promovendo a inclusão digital, o letramento digital e a modernização de infraestruturas existentes.
- Estimular a criação de programa popular de acesso à internet, utilizando provedores locais e regionais, visando atender comunidades rurais e áreas de difícil acesso não atendidas por grandes provedores.
- Aumentar os projetos de conectividade nas zonas rurais nos territórios.
- Fomentar a interiorização da tecnologia de conectividade 5G, potencializando o acesso às tecnologias digitais.
- Promover a inclusão digital, consolidação de redes de comunicação regionais, reaproveitamento e modernização de infraestruturas existentes para CT&I e demais usuários.
- Instituir programas de financiamento de pesquisa e inovação, garantindo o acesso e capacitação das tecnologias sociais vinculadas aos territórios.

■ **TEMA IV - Desenvolvimento de tecnologias sociais e assistivas**

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema IV

- Fomentar PD&I em defesa civil para identificação, monitoramento, controle e recuperação de danos socioambientais e áreas degradadas, garantindo parcerias com o setor público e privado, com especial atenção para comunidades negligenciadas, como povos tradicionais, originários e periféricos.
- Fomentar PD&I em novos materiais e tecnologias sustentáveis de construção, com ênfase na habitação de interesse social, construções rurais/periurbanas, por meio de parcerias público-privadas e com atenção especial para áreas negligenciadas, como povos tradicionais, originários e periféricos, promovendo eventos periódicos diversos.
- Ampliar e estimular o fomento a programas de formação científica e tecnológica, com especial atenção às áreas aplicadas e estratégicas de pesquisa e extensão, em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo escolas famílias agrícolas, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável, na política de desenvolvimento territorial e no uso de tecnologias sociais.

- Promover o mapeamento de tecnologias sociais e conhecimentos tradicionais, fomentando a criação de redes digitais colaborativas e públicas para compartilhamento gratuito de dados, informações e referências, incluindo conteúdos sobre tecnologias sociais, com ênfase na popularização dos dados por meio de ações de extensão rural, universitária (IES) e outras iniciativas de disseminação.
- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias sociais inovadoras nos territórios, estimulando a aproximação entre as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), com ênfase na formação de Agentes de Desenvolvimento Territorial de Tecnologia Social (ADTTS), incentivando sua implementação e estruturação para potencializar a inovação e a inclusão social.
- Apoiar e fomentar a integração e a difusão das tecnologias sociais nas comunidades locais, estimulando o compartilhamento dos equipamentos das Universidades Públicas Federais, Estaduais e Particulares, bem como escolas públicas, estabelecendo parcerias para promover a disseminação dessas tecnologias entre os povos tradicionais, originários e periféricos.
- Elaborar e instituir um programa de financiamento da pesquisa e da inovação das tecnologias sociais, promovendo a formação no uso e no desenvolvimento de tecnologias sociais inovadoras, especialmente voltadas para povos tradicionais, originários e periféricos, em consonância com os desafios estratégicos da agricultura familiar e da economia solidária, convivência com os diversos biomas da Bahia, a erradicação da fome e da pobreza e a segurança alimentar e nutricional, considerando também os desafios das mudanças climáticas.
- Fomentar a criação de incubadoras sociais e de empreendimento econômicos solidários, cooperativas populares, startups de impacto social e empresas juniores, abrangendo diversas áreas de conhecimento.
- Fomentar a pesquisa e a inovação em Arqueologia e Direito Ambiental, com enfoque no desenvolvimento de novos materiais e tecnologias sustentáveis, em convergência com os saberes e fazeres tradicionais de comunidades e povos originários, orientados ao turismo de base comunitária eco/rurais e arqueológico.
- Fomentar PD&I em áreas degradadas e suscetíveis à desertificação, incluindo tecnologias de uso e reuso das águas, especialmente no bioma Caatinga.
- Fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação junto às agroindústrias, especialmente os empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária, que atendam às demandas dos sistemas (cadeias) produtivos locais.
- Estimular PD&I para a prática da agricultura sintrópica.

■ TEMA V - Apoio a arranjos produtivos locais articulados com institutos e centros vocacionais tecnológicos

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema V

- Fomentar PD&I para o desenvolvimento territorial, abrangendo currículos escolares, ética multidimensional e fortalecimento da cultura do pertencimento identitário, assegurando parcerias públicas e privadas, promovendo, com apoio financeiro e técnico, projetos que valorizem a diversidade linguística e cultural das comunidades, contribuindo para um desenvolvimento territorial mais inclusivo e sustentável.
- Fomentar a PD&I nos biomas baianos - Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Ecossistema Costeiro, com foco na diversidade, conservação, recuperação e potencialidades de uso socioambiental sustentável, fortalecendo a assistência técnica e a extensão rural.
- Fomentar, apoiar e financiar pesquisas e a difusão de conhecimento para garantir a preservação do patrimônio material e imaterial, valorizando as tradições e culturas locais, com a criação de plataformas territoriais de cultura e editais específicos para esse fim.
- Fomentar o ensino, pesquisa e extensão em parceria com as cadeias produtivas locais, visando o amadurecimento de arranjos produtivos locais e incentivando a formação de associações e cooperativas de produção.
- Fomentar a formulação, apoio e financiamento de programas que promovam o desenvolvimento sustentável e solidário, utilizando tecnologias sociais para viabilizar os processos de inclusão social produtiva, com enfoque na perspectiva civilizatória do bem viver e na territorialização das políticas públicas.
- Fomentar a valorização, apoio e financiamento do conhecimento tradicional, integrando-o à produção tecnológica por meio de vivências agroecológicas e sustentáveis, em parceria com instituições públicas e privadas.
- Fomentar a criação de circuitos curtos de comercialização, subsidiando e estimulando a valorização dos produtos da agricultura familiar, camponesa, dos povos e comunidades tradicionais, visando melhorar a geração de renda, o empoderamento, e resgate de suas culturas, promovendo a gestão sustentável dos recursos naturais nos territórios de identidade, em parceria com instituições de ciência e tecnologia públicas e privadas.
- Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de rotas gastronômicas nos municípios dos territórios de identidade.
- Fomentar o desenvolvimento de pesquisa, inovação e transferência de tecnologias visando a reciclagem de materiais de descarte, contribuindo com a logística de distribuição e comercialização desses produtos nos territórios de identidade.
- Estimular PD&I para fomentar mercado justo e descentralizado para promover e comercializar os produtos dos arranjos produtivos locais.

■ TEMA VI - Valorização e apoio a populações historicamente sub-representadas no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema VI

- Fomentar PD&I em cultura local, priorizando povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, entre outros, garantindo parcerias públicas e privadas para promover a preservação e valorização dessas identidades.
- Fomentar a formação de agentes multiplicadores para mapear e monitorar doenças que afetam povos tradicionais (como indígenas, quilombolas, população negra e outros) e não tradicionais, incluindo comunidades LGBTQIAPN+ e grupos em situação de vulnerabilidade, visando a criação de centros especializados para esse fim.
- Fomentar a implementação de ações em CT&I para promover a equidade e permanência de indígenas, quilombolas, ciganos, LGBTQIAPN+ e todos os povos e comunidades tradicionais, juntamente com pessoas com deficiência, em espaços formais e não formais de educação, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, com ênfase no uso de suas línguas e saberes tradicionais.
- Fomentar a implementação e tornar acessível selos, indicações geográficas e/ou certificações de produtos e conhecimentos de origem de povos originários e comunidades tradicionais, incluindo agricultura familiar e empreendimentos de economia solidária e criativa, a exemplo da utilização de tecnologias digitais para garantir a rastreabilidade e valorização desses produtos e saberes.
- Fomentar a viabilização de programas que estimulem a sistematização, o patenteamento e registro de saberes, fazeres, sabores e produtos tradicionais, incluindo a agricultura familiar, com governança e apropriação de seus resultados pelas e para as comunidades, assegurando apoio e financiamento para sua implementação.
- Fomentar a instituição de políticas afirmativas nas ações de fomento de CT&I para promover a inclusão dos grupos socialmente excluídos, garantindo acessibilidade na criação, produção e divulgação científica, e destacando as contribuições de africanos e suas diásporas, indígenas, povos originários, comunidades tradicionais, mulheres, LGBTQIAPN+ e pessoas em situação de rua na história da ciência e tecnologia.
- Promover a divulgação das contribuições africanas e suas diásporas, indígenas, povos e comunidades tradicionais e de mulheres na história da ciência e tecnologia.
- Fomentar subsídios para aquisição de tecnologias com capacidade de produção para agricultura familiar, povos e comunidades quilombolas.
- Fomentar junto às universidades e institutos o desenvolvimento, divulgação e implantação de tecnologias e equipamentos voltados à agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais.

■ TEMA VII - Geração de soluções inovadoras para ampliar a segurança alimentar e erradicar a fome no Brasil

PROPOSIÇÕES 5ª CECTI — Tema VII

- Fomentar PD&I em agroecologia, integração de sistemas, lavoura, pecuária, apicultura, meliponicultura, aquicultura, agrofloresta, floresta e economia solidária, buscando parcerias com os setores público e privado para promover a sustentabilidade e a segurança alimentar.
- Fomentar eventos de popularização da ciência no formato de feiras agroecológicas como espaços de construção de saberes populares e científicos e tecnológicos.
- Elaborar e instituir um programa de incentivo à PD&I, em parceria com empresas, para desenvolver sistemas produtivos locais com ênfase em agroecologia e agroenergia, direcionado às compras governamentais, ampliando também a pesquisa e inovação para receitas derivadas de produtos secundários de alimentos não convencionais.
- Apoiar um programa territorial visando a formação em gestão financeira para empreendimentos da agricultura familiar, juntamente com a implementação de agroindústrias em regiões de perfil econômico e social semelhantes, atendendo às demandas dos sistemas produtivos locais, priorizando a agricultura familiar, quintais produtivos, agricultura de subsistência e os produtos dos diversos biomas.
- Fomentar a criação de laboratório de análise de solo acessível para os agricultores familiares e agroecológicos.
- Fomentar o uso de tecnologias sociais para recuperação e conservação de solos nos diversos biomas.
- Fomentar PD&I em programas voltados para saúde e segurança do trabalho rural e urbano.
- Fomentar PD&I em tecnologias assistivas que colaborem com a inserção de indivíduos nas atividades laborativas.
- Fomentar PD&I para levantamento das sementes crioulas existentes e a criação e manutenção de bancos de sementes comunitários com métodos de armazenamento e conservação adequados.
- Incentivar e fomentar pesquisa, desenvolvimento, comercialização e inovação de plantas alimentícias não convencionais e aproveitamento de coprodutos.

ATIVIDADE PRÉ-CONFERÊNCIA

3 DE ABRIL (QUARTA-FEIRA) | FIESTA BAHIA HOTEL

12h – Chegada dos participantes no hotel

14h – Credenciamento dos representantes e convidados

**14h às 15h – Reunião do Conselho Estadual de CT&I:
apresentação do documento referência da 5ª Conferência**

15h10 às 17h – Colóquios

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

4 DE ABRIL (QUINTA-FEIRA) | FIESTA BAHIA HOTEL

8h – Credenciamento dos representantes e convidados

8h30 às 9h40 – Plenária de acolhimento e de aprovação do Regimento da CECT&I BA 2024

10h – Painéis temáticos

Eixo 1 - Recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional e Estadual de CT&I - Mediador: Agnaldo Freire

Eixo 2 - Reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas - Mediador: Sócrates Santara

Eixo 3 - Ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais e estadual - Mediador: Ayala Rocha

Eixo 4 - Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social - Mediadora: Marcea Sales

12h – Almoço

13h30 – Debates e proposições dos eixos temáticos

18h – Abertura oficial com a presença do governador e da ministra de CT&I

19h30 – Jantar de confraternização

5 DE ABRIL (SEXTA-FEIRA) | FIESTA BAHIA HOTEL

8h às 17h – Exposição de projetos e ações em CT&I na Bahia: aqui tem SECTI

8h às 10h – Continuação dos debates nos eixos

10h às 12h – Início da Plenária Final

12h – Almoço

13h30 – Continuidade da Plenária Final

18h – Encerramento



Parceiros



UESC



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia



UEFS



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da Ciência



**PARQUE
TECNOLÓGICO
DA BAHIA**



PROBAHIA
Associação de Provedores de Internet da Bahia



GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO